Working paper

6th International Conference of the BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies

BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies

Governança e questão agrária brasileira

Apontamentos sobre a luta de classes e as relações de poder

Leon Martins Carriconde Azevedo

Governança e questão agrária brasileira: Apontamentos sobre a luta de classes e as relações de poder
by Leon Martins Carriconde Azevedo, Universidade de Brasília (UnB)

Published by: BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies (BICAS)
in collaboration with:
Universidade de Brasilia – UnB
Brasília, Brazil
Website: http://www.unb.br/

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brazil
Website: www.ufrgs.br/

Universidade Estadual Paulista – UNESP
São Paulo, Brazil
Website: www.unesp.br

College of Humanities and Development Studies
China Agricultural University, Beijing, China
E-mail: yejz@cau.edu.cn
Website: http://cohd.cau.edu.cn/

Institute for Poverty, Land and Agrarian Studies (PLAAS)
University of the Western Cape
Cape Town, South Africa
E-mail: info@plaas.org.za Website: www.plaas.org.za

International Institute of Social Studies
The Hague, The Netherlands
E-mail: information@iss.nl Website: www.iss.nl

Future Agricultures Consortium
Institute of Development Studies, University of Sussex, England
E-mail: info@future-agricultures.org
Website: http://www.future-agricultures.org/

The Russian Presidential Academy of National Economy and Public Administration – RANEPA
Moscow, Russian Federation
E-mail: information@ranepa.ru Website: www.ranepa.ru

Transnational Institute
The Netherlands
E-mail: tni@tni.org Website: www.tni.org

Terra de Direitos
Curitiba, Brazil
E-mail: terradedireitos@terradedireitos.org.br
Website: terradedireitos.org.br

©Brasília, UnB, November/2018 All rights reserved. No part of this publication may be reproduced or transmitted in any form or by any means without prior permission from the publisher and the author.

Abstract

Nesse artigo pretendemos analisar a relação entre as formas de governança e a questão agrária brasileira, tendo como objeto os processos extrativos e de land grabbing e as suas materializações no Brasil. Para tal, primeiramente abordamos uma conceituação geral de governanças e dominação, passando para definições mais específicas de tipos de governança. Em segundo lugar, buscamos aproximar a "lupa" histórico-geográfica a partir da explicação do processo global de land grabbing e do aprofundamento do capital extrativo na América Latina, e alguns exemplos de configurações governanças decorrentes destes. Por fim, analisamos a proposta teórica de "governança territorial" e sua proposta teórico-metodológica de desenvolvimento à luz de teorias críticas ao aprofundamento do neoextrativismo no Brasil, à governança ambiental neoliberal e à política de conciliação de classes na base dos governos progressistas no Brasil.

Keywords

Governança; questão agrária; dominação; conciliação; neoextrativismo.

1. Introduction

Compreende-se, de forma geral, a governança como a capacidade de articular formas de exercício do poder por agentes públicos e privados e a coordenação dessas formas de poder/controle. O debate sobre governança articulado ao neoextrativismo traz para a ordem do dia a capacidade das empresas e demais agentes econômicos (Estado, ONGs, populações) de articular formas de controle/poder sobre as instituições e os territórios e as diferentes formas de coordenação utilizadas (multiescalares e inter-setoriais) para exercer tal poder.

Partimos do pressuposto teórico defendido por José de Souza Martins (1991) e Sergio Sauer (2013) de que "terra é poder", ou seja, temas como expansão da fronteira agrícola, apropriação de terras e recursos naturais, grilagens, produtividade, etc. não podem ser pensadas apenas de maneira técnica-formal ou economicista, mas dentro das estruturas de poderes políticos e simbólicos. Tal pressuposto nos leva para a reflexão sobre a dialética entre política e economia, sendo necessário, portanto, evidenciar e analisar a dimensão do poder/controle exercido pelos diversos agentes envolvidos, as múltiplas escalas geográficas, bem como seus impactos territoriais.

Quando debatemos a dialética entre poder e apropriação de terras pelo agronegócio (ou pelo capital extrativo de forma mais geral) podemos pensar em extremos (assassinatos, expropriação, etc.). No entanto, o exercício do poder é também a "regulação da violência", os acordos, as imposições veladas, as relações de tutela, os consensos, a integração subordinada de agentes. Por exemplo, a compra da terra de camponeses pobres brasileiros por uma empresa capitalista nacional ou internacional se difere da expropriação violenta e ilegal dessas terras, pois está regulada pelas relações de poder/legalidade do mercado e da propriedade privada. No entanto, apesar de distintas, ambas são apropriações de terras garantidas por sistemas diferentes de violência, regulação e legitimação (articulações de poder) e que servem, de formas diferentes, ao mesmo imperativo de acumulação de capital e poder territorial.

Nesse artigo pretendemos analisar a relação entre as formas de governança e a questão agrária brasileira, tendo como objeto os processos extrativos e de land grabbing e as suas materializações no Brasil. Para tal, primeiramente abordamos uma conceituação geral de governanças, passando para definições mais específicas de tipos de governança. Em segundo lugar, buscamos aproximar a "lupa" histórico-geográfica a partir da explicação do processo global de land grabbing e do aprofundamento do capital extrativo na América Latina, e alguns exemplos de configurações de governanças decorrentes destes. Por fim, analisamos a proposta teórica de "governança territorial" como mecanismo de

desenvolvimento (Dallabria, 2003) à luz de teorias críticas ao aprofundamento do neoextrativismo no Brasil e à política de conciliação de classes na base dos governos progressistas no Brasil (CASTRO, 2016).

É importante ressaltar também que este artigo é fruto da pesquisa sobre um campo de estudo novo (governanças e agronegócio) que estou desenvolvendo de forma relacionada e dialogada com a minha pesquisa de mestrado. Nesse sentido, o presente artigo não é de forma alguma uma pesquisa fechada com início, meio e fim. Mas sim apresenta reflexos iniciais de uma ampla bibliografia, termos técnicos e conceitos antes desconhecidos e que agora busco aos poucos ir sistematizando e adequando aos objetivos da pesquisa de mestrado. Portanto, outros elementos que considero importantes (tal como a problematização do próprio conceito de "governança", ou certas determinações mais específicas de agentes do processo de desenvolvimento do capitalismo agrário, a exemplo do capital financeiro) ainda escapam às temáticas do presente artigo.

2. Luta de classes e as diversas formas de governança e dominação

> "A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de dominação; estas são apenas e, antes de mais nada, suas formas terminais. Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais"
> Michel Foucault (1988).

O pesquisador Wallace de Moraes (2018) apresenta uma visão radicalmente integrada e interdependente de múltiplas governanças sociais e institucionais. Segundo o autor, as governanças sociais seriam as seguintes: racial, patriarcal, sexual, capitalista, religiosa, acadêmica-científica, da estética produtiva, oficialista e xenofóbica (nacionalista, ufanista). Elas teriam uma característica social geral, sem necessariamente um único núcleo irradiador, mas atuando concretamente como agentes de normatização e controle social, conferindo poder e legitimidade a uns grupos e opressão contra outros grupos, etnias e classes.
Já as governanças institucionais são subdividas em cinco: política, econômica, sociocultural, penal e jurídica. As governanças sociais seriam "[...] irradiadas/potencializadas pelas governanças institucionais por meio da interpenetração e retroalimentação recíproca" (DE MORAES, 2018, sem página).

Para compreender as governanças De Moraes (2018) propões também mais dois conceitos: Estadolatria e Plutocracia. A Estadolatria seria a "idolatria do Estado", a sua mistificação como instituição necessária e imprescindível para a sociedade. A Estadolatria estaria presentes em diferentes teorias e ideologias modernas e pós-modernas, especialmente liberais e marxistas. Segundo De Moraes "o oposto à Estadolatria é, portanto, o autogoverno, ou autogestão, em todos os sentidos da vida" (2018). Já o conceito de Plutocracia serviriam para designar um "sistema político governado por um grupo de pessoas que detém o poder econômico ou está a seu serviço" (DE MORAES, 2018). Segundo essa concepção todo governo que garanta o desenvolvimento do sistema capitalista é plutocrático, não podendo ser, portanto, considerado realmente democrático.

Dessa maneira De Moraes estabelece um sistema de conceitos gerais que interpreta a sociedade a partir das relações de poder e dominação, seja nas relações econômicas, políticas ou culturais. Os capitalistas, banqueiros e latifundiários, por exemplo, são definidos como os "governantes da economia", onde estariam estruturadas uma série de escalas e sujeitos, no qual os trabalhadores e populações pobres seriam os "governados". No caso da governança política, os governantes seriam todos os sujeitos em cargos de poder político (presidentes, ditadores, monarcas, prefeitos, vereadores, etc.), sendo "o lócus de excelência dessa governança, o Estado" (De Moraes, 2018). Sobre a governança política Wallace de Moraes afirma que:

> Todo o dinheiro público arrecadado com os impostos está sob seu domínio. Diga-se de passagem, um dinheiro fácil, certo e líquido. Por isso, esse é o lugar ordinário da corrupção, da falcatrua, da troca de favores, do patrimonialismo. Simultaneamente, é o espaço da disputa, que interessa a todos os capitalistas, que almejam privilégios de contratos e de financiamento pelo dinheiro público. Os representantes dos setores empresariais, banqueiros, latifundiários (governantes da economia) possuem acesso direto aos governantes da política, sobretudo, se foram financiadores da empreitada eleitoral, ou se apresentam com potencial para bancar as futuras campanhas e/ou a vida privada deles. (DE MORAES, 2018)

Existe, portanto, uma forte interpenetração e interdependência entre as governanças política e econômica. Ambas possuem "leis" próprias, internas. No entanto, as suas estruturas internas de poder próprias não podem ser vistas como "independentes", mas definidas pela relação que estabelecem dialeticamente com as demais governanças. O sistema de dominação é um processo de ação e reação perpétuas dos subsistemas de poder e de resistência (ou "contra-poderes").

Aprofundando, a partir de outra abordagem, na teoria da governança e algumas de suas formas mais específicas podemos citar a contribuição do pesquisador Juscelino Bezerra (2012), que irá analisar e evidenciar a relação entre as redes de produção global da fruticultura e suas formas de governança. Através desse enfoque, Bezerra (2012) desvincula a governança de uma teoria meramente estatal para compreendê-la como "as distintas formas de controle exercidas por diferentes agentes públicos e/ou privados que influenciam na co-ordenação social, política e econômica de importantes atividades econômicas" (p.177).

Bezerra (2012) apresenta seis definições atribuídas à Governança. Para os fins do presente artigo vale ressaltar os quatro primeiros tipos de governança:

> I. Governança como Estado mínimo - A governança representa o processo de diminuição da participação do Estado na oferta de serviços públicos abrindo espaço para a privatização.
> II. Governança como Governança Corporativa - O aumento das privatizações dos serviços públicos não significou apenas um relativo afastamento do Estado, mas também a adoção de formas de governo inspiradas no setor privado. Logo, a governança torna-se sinônimo das formas de governo baseadas nas práticas corporativas.
> III. Governança como Nova Gestão Pública - O Estado caminha para uma normatização muito próxima dos referenciais das empresas privadas ao adotar uma perspectiva empreendedora (Osborne e Glaerb apud Rhodes, 1995). Através da visão de mercado, a nova gestão pública volta-se para a competição entre prestadores de serviços, com foco nos resultados. Ou seja, menos governo e mais governança.
> IV. Governança como Boa Governança (Good Governance) - Nesta perspectiva destacasse a boa governança, tal como vista pelas orientações do Banco Mundial. (...) A partir das orientações do Banco Mundial, várias administrações públicas passaram a perseguir o ideal de uma boa governança que, necessariamente, envolveria a existência de um serviço público eficiente, um ambiente jurídico e legal propício para assegurar a confiança do mercado e os fechamentos dos contratos, uma estrutura institucional pluralista, respeito às leis e direitos humanos, etc. (BEZERRA, 2012, p.176)

Podemos dizer que essas definições de governança são importantes para uma análise da realidade prioritariamente em escalas nacionais e regionais, tendo como foco as transformações neoliberais no papel do Estado. Além disso, devemos considerar que elas não se apresentam de forma pura nas formações sócioespacias nacionais e/ou regionais e sim que ganham materialidade através de múltiplas relações e hibridizações.

Essas definições são importantes para compreender e contextualizar a governança na atual etapa de globalização neoliberal e num contexto de redes de produção global. As relações entre os diversos agentes da economia global se

inserem em uma “complexa trama de poderes” (BEZERRA, 2012), em que estes mesmos agentes não possuem o mesmo peso político e econômico, estando, portanto, hierarquicamente divididos, contrariando o mito pós-moderno da dissolução ou o fim do poder.

Para compreender a globalização neoliberal e seus impactos na questão agrária brasileira, iremos aproximar a “lupa” para os processos de global land grabbing, neoextratuvismo na América Latina e, mais a frente, voltaremos ao tema da governança abordando outras distintas formas de governanças presentes no âmbito do processo político brasileiro e da questão agrária.

3. Neoextrativismo, land grabbing e as governanças

A atual reestruturação produtiva do capital é fruto de uma política econômica global específica que vem se maturando desde a crise do petróleo de 1970. Outro marco em nível global é a crise de 2008 que, dentre outros fatores tem acelerado a chamada “corrida por terras” ou land grabbing (FREDERICO, 2017; SAUER, 2016), que poderíamos definir como o controle monopolista da terra e recursos naturais (hídricos, minerais e florestais) em escala mundial de forma cada vez mais financeirizada. A atual crise do capital é multifacetada: financeira, alimentar, energética e ambiental. [1]

O pesquisador Daniel Aragão (2017) em seu artigo sobre a relação da governança global e a despolitização da land grabbing cita dados recentes que evidenciam a relevância do processo de apropriação de terras:

> Segundo dados da Grain, uma ONG especializada no monitoramento de casos de land grabbing, entre 2006 e 2016, ou seja, no transcurso de uma década, mais de 491 casos de apropriação transnacional de terras

[1] Nas palavras de Frederico (2017): “A crescente apropriação mundial de terras pelos capitais financeiros – ansiosos pela alta rentabilidade propiciada pelos ativos agropecuários – e por Estados do Leste Asiático (Japão, China, Coreia do Sul) e Oriente Médio (Arábia Saudita, Qatar, Emirados Árabes) – interessados em assegurar abastecimento interno de alimentos a partir do controle de terras em outros países – levou a popularização da noção de land grabbing. A expressão refere-se basicamente ao controle em larga escala de terras e recursos (hídricos, minerais, florestais) decorrente da atual crise financeira, energética e alimentar mundial (McMichael, 2015; Borras Jr., Fig e Monsalve, 2012).” (FREDERICO, 2017, p.12-13). Ou, no importante artigo de Sauer (2016) o processo de land grabbing atenderia a “crescente demanda pelos chamados ‘4Fs’: food (alimentos), fiber (fibras/ração), forest (floresta) e fuel (combustível ou energia). Nos termos de Sassen (2012, p. 27), a ‘[...] terra, entendida em sentido amplo, se tornou uma das maiores necessidades do capitalismo avançado – para alimentos e cultivos industriais, lençóis subterrâneos de água, para formas tradicionais e novas de mineração’. Essa necessidade vem gerando um fenômeno denominado land grabbing (apropriação de terras, GRAIN, 2008; BORRAS e FRANCO, 2010), green grabbing (apropriação verde, FAIRHEAD; LEACH e SCOONES, 2012) e water grabbing (apropriação da água, MEHTA, VELDWISH e FRANCO, 2012), envolvendo também a apropriação de outros recursos naturais e a criação de serviços ambientais.” (SAUER e BORRAS Jr., 2016, p.9).

> foram mapeados, dos quais pelo menos 30 milhões de hectares em 78 países foram arrematados (ARAGÃO, 2017, p.59).

Porém, o geógrafo Samuel Frederico (2017) pondera que a aquisição de terras em larga escala não é uma novidade no capitalismo mas que, por outro lado, a atual corrida global por terras possui suas particularidades. SAUER e BORRAS Jr. (2016), também concordando com isso afirmam que existem ciclos de acumulação em que a apropriação capitalista da terra se intensifica. Nesse sentido, mais do que uma "novidade" histórica isso seria um fenômeno cíclico (diretamente relacionado às crises múltiplas do capital):

> No entanto, como destacam Edelman e León (2013, p. 1697), a "[...] apropriação de terras tende a ocorrer em ciclos, ou em ondas, dependendo da dinâmica regional e global históricas específicas de acumulação de capital", sendo que "a extensão da aquisição de terras por governos e empresas estrangeiras e investidores nos últimos anos no Sul Global marca uma nova fase" (SASSEN, 2013, p. 29). (SAUER e BORRAS Jr., 2016, p.14-15)

O papel do capital financeiro, as estratégias de atuação das grandes empresas[2], bem como a função dos recursos naturais e energéticos, se alteraram significativamente, não apenas quantitativamente mas qualitativamente. Em termos gerais existem três elementos constitutivos da atual mundialização financeira que impactam diretamente o processo de land grabbing:

> Como ressalta Chesnais (2005), baseado em Bourguinat (1992), a mundialização financeira deriva da articulação de três elementos constitutivos impostos aos principais mercados internacionais: a desregulamentação ou liberalização monetária e financeira, a descompartimentalização dos mercados financeiros nacionais e a desintermediação das operações antes restritas aos bancos. (FREDERICO, 2017, p.14, grifo nosso)

A mundialização financeira, como parte da mundialização do capital, levou para a exploração agropecuária e dos recursos naturais uma série de atores financeiros que antes não tinham qualquer relação com tais atividades, e que passaram a atuar "por trás" das empresas, tais como: fundos de pensão, fundos soberanos, empresas de private equity, fundações universitárias, instituições bancárias, seguradoras e grandes corporações. Segundo Frederico (2017), esses grandes grupos financeiros "foram atraídos pela tendência de forte apreciação

[2] Frederico (2017) define as seguintes características comuns sobre as estratégias de atuação das chamadas megaempresas: "(...) controle de grandes escalas produtivas, com gestão de riscos através de diversificação de culturas e localização; inovação tecnológica constante; profissionalização administrativa e uma expansão inicial pautada na intensa terceirização das atividades produtivas e na criação constante de novos instrumentos de financiamento." (FREDERICO, 2017, p.30)

desses ativos na década de 2000, decorrente da elevação dos preços das principais commodities agrícolas no mercado internacional." (p.12)[3]. Os agentes do capital financeiro internacional são, portanto, essenciais para o ordenamento dos múltiplos sistemas de poder (político, cultural e econômico) que geram a apropriação de terras e recursos naturais.

O processo de land grabbing não é uniforme, nem coordenado. Assim como o desenvolvimento no capital no espaço, ele é desigual e combinado. Representa uma nova forma de acumulação baseada na apropriação de terras e recursos naturais altamente financeirizada. Porém, os seus agentes, os interesses envolvidos, os impactos gerados, as articulações com o capital financeiro e com as cadeias de valor mudam de um local para o outro, envolvendo diferentes estratégias de atuação territorial das empresas. Em alguns casos as empresas atuam (principalmente) na captura da renda da terra através da valorização de seus ativos no mercado, de outro lado algumas empresas através da apropriação da terra atuam (principalmente) na exploração direta de recursos naturais, produção de alimentos ou agro-energia em larga escala. A partir disso, Frederico (2017) define dois atores principais no processo de land grabbing: aqueles que se apropriam da terra para arrendar para terceiros, e aqueles que se apropriam da terra para produzir.

Em termos ainda mais gerais Grain apud Frederico (2017) define duas agendas globais paralelas em termos da recente corrida pela apropriação de terras em larga escala, mesmo que em alguns casos acabassem por coincidir-se:

> De um lado, países que, pela falta de recursos suficientes em seus próprios territórios, buscam terras para produzir off-shore, com o intuito de garantir sua segurança alimentar, como China, Coreia do Sul, Japão, Índia, Arábia Saudita e Qatar. Por outro lado, especuladores financeiros, sobretudo fundos de pensão, para os quais a produção de alimentos e agrocombustíveis e a especulação fundiária, articuladas, se constituem, respectivamente, como novas fontes de lucro e renda numa perspectiva de médio e longo prazo. (FREDERICO, 2017, p.16)

Essa mudança na acumulação de capital na economia global tem sido abordada por intelectuais e técnicos de distintas esferas (organizações multilaterais, empresas, governos, ONGs) como processos que, apesar de conter "riscos", seriam grandes oportunidades de desenvolvimento para os países periféricos e semiperiféricos. No pior dos casos, a narrativa destes organismos apresenta esse

[3] Em seu artigo, Samuel Frederico (2017) faz uma importante e vasta descrição dos grandes grupos financeiros e suas formas de atuação; além disso também propõe uma classificação com o propósito didático-analítico desses grupos em General Partners (GP) e Limited Partners (LP); bem como uma apresenta a emergência dos chamados ativos "alternativos". Retomaremos essas definições mais específicas e atuais relativas ao sistema financeiro na pesquisa da dissertação.

processo de land grabbing como “inevitável”, o que impõe para a agenda dos governos, das empresas e das populações não o seu combate (tratado como loucura e contrário ao desenvolvimento), mas apenas a minimização dos seus “riscos sociais e ambientais”. Segundo Aragão:

> Centrada em soluções pontuais para os problemas gerados por essa dinâmica, essa abordagem parte do pressuposto de que tais investimentos constituem um movimento inevitável e irreversível, justificado pelas tendências da economia global pós-2008, pela crescente demanda asiática por alimentos, ração e biocombustíveis e, ainda, como parte das dinâmicas de investimento em face da crescente preocupação com os efeitos das mudanças climáticas. (...) esta abordagem se insere em um paradigma de governança global diretamente associado às políticas neoliberais, voltadas, portanto, à abertura e institucionalização de novos espaços e estruturas para acumulação de capital, sobretudo mediante a conversão de bens comuns e fundamentais à reprodução humana em simples commodities. (ARAGÃO, 2017, p.58)

Esse processo estaria então também relacionado a um sistema de “governança global”, na qual diferentes agentes e fluxos de poder (com os Estados capitalistas centrais, empresas monopolistas e agentes do capital financeiro na vanguarda desse processo) influenciariam as políticas econômicas dos países ricos em recursos naturais na adesão ao processo de land grabbing.

Nesse contexto, o continente americano, e o Brasil em particular, emergem como um dos destinos de grandiosos investimentos externos, especialmente para setores primários e extrativos da economia[4]. Em um estudo consagrado dessa questão, Veltmeyer e Petras (2014) relacionaram diretamente o debate de land grabbing, que se dá em escala mundial entre os estudiosos da questão agrária, com o debate dos extrativismos, conceito para compreender a inserção latino-americana no sistema-mundo capitalista e que envolve diversos outros pesquisadores, militantes e movimento camponeses e indígenas:

> Capitalist development and imperialism today in the Americas can best be described in terms of what economists have termed ‘extrativism’, economic development based on the extraction of natural resources such as fossil and biofuels, mineral and agro-food products extracted in a process of ‘large scale investment in land acquisition’ (or, in the discourse of critical agrarian studies, ‘landgrabbing’).
>
> (…) The term ‘land grabbing’ (large-scale investments in land) re-emerged on the international stage in the context of a spike in global food prices in

[4] Tanto nas análises sobre land grabbing (Frederico, 2017; Sauer e Borras Jr., 2016) como nas análises sobre neoextrativismo (GUDYNAS, 2009; VELTMEYER e PETRAS, 2014; ZIBECHI e MACHADO, 2017) o Brasil aparece como um caso exemplar de tais processos.

> 2007/2008. But since then the discourse has begun to merge with the literature on 'water grabs' and the 'resource grabs' of extractive capital (Sosa & Zwarteveen, 2012; White et al., 2012). (VELTMEYER e PETRAS, 2014, p.19)

Segundo alguns pesquisadores (GUDYNAS, 2009; VELTMEYER & PETRAS, 2014; ZIBECHI & MACHADO, 2017), os extrativismos latino-americanos possuem momentos histórico-geográficos específicos, bem como diferenciações em relação aos modelos. Existe um extrativismo clássico, que está na própria origem e desenvolvimento da exploração colonial europeia. Após um ciclo histórico de políticas desenvolvimentistas durante meados do século XX, emerge no início do século XXI um novo extrativismo (ou neoextrativismo) na América Latina. Essa nova configuração do capital extrativo é permeado por mudanças e continuidades em relação ao extrativismo clássico. Em relação às mudanças existem tantos aspectos econômicos (profunda financeirização, reprimarização da economia, dependência do mercado externo e da flutuação de preços, incorporação das commodities agrícolas no rol do capital extrativo), políticos (papel preponderante do Estado e de governos "progressistas" na consolidação do modelo neoextrativista), sociais (programas sociais e assistenciais desenvolvidos, em grande parte, através da captação da renda extrativa por parte do Estado, manutenção e/ou aprofundamento das desigualdades sociais e fundiárias) e ideológicos (renovação do mito do progresso, profundamente permeado pelo interesse nacional, a proposta de um modelo de desenvolvimento "sustentável" e "participativo").

Veltmeyer & Petras (2014) afirmam que tanto os governos latino-americanos com alinhamentos neoliberais mais claros (defensores do livre Mercado e do "Consenso de Washington"), quanto os governos "progressistas" e "pós-neoliberais" estão inseridos na mesma dinâmica global do neoextrativismo, mesmo com suas especificidades. Nestes últimos, apesar de muitos aspectos em comum, os pesquisadores fazem uma diferenciação entre um modelo mais claramente estatizante e nacionalista (casos da Venezuela, Bolívia e Equador) e um modelo que combinou neoliberalismo e neodesenvolvimentismo através de uma participação do Estado na economia, mas muitas vezes de forma indireta e financeirizada através de subsídios por meio de bancos estatais, exoneração fiscal, participação acionária, capitalização de estatais através da abertura de capitais (casos do Brasil, Argentina, Uruguai).

As diferenças de "modelos" extrativistas exposto acima possuem materializações em um conjunto de instituições e articulações de poderes políticos, econômicos e sociais, ou seja, possuem estruturas de governanças específicas. As regras do jogo sistêmico são definidas de acordo com a correlação de forças e com os processos histórico-geográficos. Nesse sentido, vale lembrar que grande parte

dos chamados governos progressistas latino-americanos são originárias de uma forte mobilização sindical-popular-indígena em momentos anteriores à sua integração sistêmica. Alguns são frutos de verdadeiros processos de rebelião e insurgência de massas (tal como a Bolívia) e nesses casos as mudanças políticas e econômicas foram mais profundas (com profundos impactos nos sistemas de governanças). Ainda assim, os pesquisadores do neoextrativismo (GUDYNAS, 2009; VELTMEYER & PETRAS, 2014; ZIBECHI & MACHADO, 2017) salientam a curiosa estabilidade e permanência, ao fim e ao cabo (independente das distintas governanças), do modelo neoextrativista em praticamente todos os governos latino-americanos, neoliberais ou progressistas. Gudynas (2009) resume o neoextrativismo da seguinte maneira:

> Se postula que existe un neo-extractivismo progresista, ya que se observan algunas diferencias, que en ciertos casos son sustanciales, com las prácticas realizadas en otros países y las que tenían lugar en el pasado. Bajo este nuevo extractivismo se mantiene un estilo de desarrollo basado en la apropiación de la Naturaleza, que alimenta un entramado productivo escasamente diversificado y muy dependiente de una inserción internacional como proveedores de materias primas, y que si bien el Estado juega un papel más activo, y logra una mayor legitimación por medio de la redistribución de algunos de los excedentes generados por ese extractivismo, de todos modos se repiten los impactos sociales y ambientales negativos. Se utiliza el rótulo de extractivismo en sentido amplio para las actividades que remueven grandes volúmenes de recursos naturales, no son procesados (o lo son limitadamente), y pasan a ser exportados. (GUDYNAS, 2009, p.188)

Veltmeyer e Petras (2014), em sua oitava tese “Superiority of Class Analysis to Neoclassical Cost-Benefit Analysis”, apresentam uma crítica às análises do fenômeno do neoextrativismo que caem em equívocos formalistas e economicistas. Tais análises baseiam-se em pelo menos três “pilares”: 1) O conceito de sociedade civil em substituição à estrutura e luta de classes; 2) Pretende-se pragmática e útil dentro do que já está estabelecido, se limitando a pensar/propor mitigações dos impactos ambientais e sociais; 3) Disputar modelos de “governança” com maior presença do estado, mais participativos, mais distributivos, mas ainda dentro do modelo neo-extrativista.

> From this perspective, the issue is not the correlation of class forces in the resistance against extractive capitalism, but the social and environmental costs of extractivism, which, although possibly mitigated and the country's resources prudently 'managed', have to be balanced against the anticipated or purported benefits of natural resource extraction. Thus, rather than establishing the class division associated with the costs and benefits of extractivism ¬ the former borne by workers, small landholding peasants, family farmers and indigenous communities; the latter appropriated by capitalists and rentiers ¬ the contemporary

> discourse on extractivism (and the environmental movement, which is rooted in 'civil society' rather than the class structure) is not in the least concerned with issues of class. Rather it is concerned with the question as to whether the social and environmental costs of extractivism are acceptable and manageable, and also the question of the appropriate governance regime, an issue regarding which two basic models have been advanced. One, based on corporate self-regulation, or corporate social responsibility (…). The other, based on state regulation as per the post-Washington consensus (…). (VELTMEYER & PETRAS, 2014, p.38)

Ao contrário disso, os pesquisadores propõem que

> the major issue (…) as a propensity of capitalism towards class conflict: that resource extraction tends to pit mining companies against local communities in a class struggle, and because of a coincidence of economic interest (profits for the company, resource rents for the government) the state tends to side with the company against the community in the resulting class struggle. (VELTMEYER & PETRAS, 2014, p.46)

Acreditamos que está ruptura com a interpretação neoclássica de "custo-benefício" em relação ao neoextrativismo, Veltmeyer e Petras (2014) também atacam indiretamente as bases das narrativas da governança global para o land grabbing, apresentadas e também criticadas por Aragão (2017). As formas de participação dos distintos setores estatais e não-estatais, as ideologias legitimadoras são fundamentais para entender os conflitos de classe imanentes e multiescalares ao processo de land grabbing e a esse modelo neoextrativista.

4. Os movimentos antissistêmicos e a conformação das atuais estruturas de poder e dominação capitalista

Comecemos aqui nosso raciocínio pela abordagem de Arrighi, Hopkins e Wallerstein (1999) em relação aos movimentos antisistêmicos no século XX. Se observarmos historicamente existe um grande êxito estratégico dos movimentos antisistêmicos em ascender ao poder do Estado. Os séculos XIX e XX foram marcados pelos surgimentos de diversos novos estados independentes em todos os continentes e também pela ascensão em momentos e países diferentes de governos socialdemocratas e comunistas (seja pela via institucional ou insurrecional-revolucionária):

> En la década de 1980 nos hallamos enfrentados con la siguiente historia política del mundo moderno. Los partidos socialdemócratas han alcanzado de hecho sus objetivos políticos primarios, llegando al poder en un número relativamente elevado de Estados del centro de la

> economía-mundo capitalista. Los partidos comunistas han llegado al poder en un número significativo de países semiperiféricos y periféricos, concentrados geográficamente en una banda que se extiende desde el Este de Europa hasta el Este y el Sudeste de Asia. Y en el resto del mundo, en un gran número de países, han llegado al poder movimientos nacionalistas y, en ocasiones, incluso movimientos «nacionalistas radicales» o «movimientos de liberación nacional». En resumen, contemplado desde el punto de observación estratégico de 1848, el éxito de los movimientos antisistémicos ha sido realmente impresionante. (Arrighi, Hopkins e Wallerstein, 1999, p. 3, grifo nosso)

Depois da Segunda Guerra Mundial a socialdemocracia têm êxitos importantes em diversos países europeus e na articulação do que seria chamado de "bem estar social". Tal programa da socialdemocracia iria ser assumido por muitos partidos burgueses, inclusive conservadores, em um grande pacto nos Estados nacionais e constitutivo da nova configuração do sistema interestatal e da economia-mundo: "Después de todo, incluso Richard Nixon dijo: Hoy todos somos keynesianos." (Arrighi, Hopkins e Wallerstein, 1999, p. 4).

Arrighi, Hopkins e Wallerstein (1999) apresentam uma análise onde os movimentos antissistêmicos irão operar uma mudança fundamental no sistema mundial através de um "incremento de la 'estatalidad' de los pueblos del mundo (el número de 'Estados soberanos' se ha triplicado a lo largo del siglo XX) y como una organización cada vez más densa del sistema interestatal" (p. 7).

Portanto, a dialética constitutiva da luta de classes mundial (entre os processos de centralização de poder e de capital e os movimentos antisistêmicos) nos mostram que os ciclos de ascensão/queda dos movimentos antisistêmicos formam parte da história de crises e mudanças estruturais do sistema político-econômico como um todo, sendo que a integração destes movimentos ou de partes de suas proposições e saberes político-econômicos (capitalismo de estado, planificação econômica, autogestão, descentralização produtiva 'não-burocrática' ou 'flexível', fundos de pensão e fundos de ajudas mútuas, etc.) são fundamentais para compreender o atual sistema-mundo capitalista e os arsenais técnico-ideológicos lançados mão pelo capital com o objetivo de superar as suas próprias crises de acumulação:

> A lo largo del siglo XX, definiéndolo en realidad, se ha producido un cambio enorme y decisivo en las relaciones sociales de acumulación. En una palabra, las redes relacionales que conformaban las líneas centrales de los circuitos del capital han experimentado una transformación estructural tan radical que el funcionamiento mismo del proceso de acumulación de capital parece haberse alterado históricamente. Esta transformación constante ha redefinido continuamente las condiciones relacionales tanto de las agencias organizadoras de la acumulación (por definición) como las de aquellas otras que se han hallado en lucha

> continúa con éstas: los movimientos antisistémicos; y ello ha redefinido continuamente también el carácter relacional de la lucha misma y, en consecuencia, la naturaleza de los movimientos definidos por aquélla. Brevemente, los jalones del proceso serían los siguientes: los ciclos vitales de los diversos movimientos han formado parte y han ayudado a provocar el cambio estructural. (Arrighi, Hopkins e Wallerstein, 1999, p. 7, grifo nosso).

Nesse sentido os autores apontam três grandes tendências de mudança ocorridas na economia-mundo e no sistema interestatal capitalista desde a década de 70: 1) o incremento da "estatalidade" (em extensão, complexidade e intensidade dos fluxos interestatais[5]); 2) a nova divisão internacional do trabalho que se produz na economia-mundo e; 3) A massiva centralização de capital produzida durante as década de pós-guerra e reconfiguração do papel e importância das empresas multinacionais.

Bom, para além do nosso juízo positivo dessa análise, qual seria a relação dela com a governança e a questão agrária brasileira?

Existe em Arrighi, Hopkins e Wallerstein (1999) uma teoria geral sobre dialética do sistema-mundo onde a conflitualidade formadora das realidades é proveniente de ações e reações "de cima para baixo" e "de baixo para cima", diferentemente de muitas análises estatistas e/ou economicistas que em grande parte reproduzem uma espécie de centralismo epistemológico. Tal teoria geral pode ser aplicada ao Brasil e aos "movimentos antissistêmicos" latino-americanos, que em grande medida também alcançaram vitórias em diversos países, ocupando os principais cargos do aparelho do Estado.

A vitória em 2003 do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil é um exemplo disso. O PT é um partido de massas, de base sindical-popular e fruto direto do processo de enfrentamento de significativas parcelas da classe trabalhadora com o Estado e o Capital durante as décadas de 1970/80. É errado dizer que os quase quatro governos petistas não mudaram o país. A incorporação de setores populares significativos para dentro da esfera do Estado e da regulação da acumulação capitalista trouxe mudanças profundas para a realidade brasileira, especialmente se pensarmos dentro do contexto geral do que hoje se chama neoextrativismo na América Latina.

---

[5] A extensão da estatalidade pode ser considerada pelo surgimento de dezenas de novos estados independentes no mundo. Já a intensificação da estatalidade deve ser compreendida da seguinte maneira: "Por ella entendemos esencialmente la creciente «fuerza de las agencias estatales frente a los organismos locales (pertenecientes a o en intersección con la jurisdicción del Estado)." (Arrighi, Hopkins e Wallerstein, 1999, p. 7).

Presentes atualmente tanto em discursos de “governança global” do Banco Mundial e/ou da “governança neoliberal” (Aragão, 2017; Haccon, 2013) quanto em discursos progressistas desenvolvimentistas (Dallabria, 2003) os mecanismos "participativos", "horizontais", "autogestionários", criados por sistemas de conhecimento gerados no seio de movimentos antissistêmicos, estão sendo apropriadas na atual globalização neoliberal na forma de discursos e ténicas governamentais que buscam responder à crise do capital.[6]

Corroborando com essa contribuição teórica geral, o pesquisador Rômulo Castro (2016) em sua tese de “Estado, sindicalismo e questão agrária: o papel da CUT no desenvolvimento capitalista 2003-2012” analisa a importância do sistema cognitivo e modelo organizativo formulado no processo de integração sistêmica da CUT e do PT ao Estado.

A abordagem coletivista procura entender a formação da aristocracia e da burocracia a partir de um sistema cognitivo e modelo organizativo que levam à participação no Estado e a interpenetração entre as classes, produzindo um saber político conciliador e, no caso brasileiro, desenvolvendo o sindicalismo propositivo, determinante para entender a ação da CUT e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. (CASTRO, 2016, p.271)

Portanto, mais do que uma “traição” ou uma “derrota”, ou pior ainda uma “fatalidade”, é necessário compreender as mudanças do sistema-mundo (ARRIGHI, HOPKINS & WALLERSTEIN, 1999) e o desenvolvimento do capitalismo brasileiro (CASTRO, 2016), bem como suas distintas e originais governanças, como fruto também da ação dos de baixo.

5. A governança progressista na integração sistêmica dos setores populares à agenda neoextrativista

Vamos abordar agora, dentro da teoria geral exposta, a proposta teórico-metodológica do pesquisador Valdir Roque Dallabria (2003) que em plena ascensão do ciclo petista escreveu sobre a Governança Territorial. Como um “primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica” consideramos a reflexão de Dallabria de fundamental importância para entender o sistema cognitivo base das diferentes formas de governança durante os governos petistas.

[6] Assim como a planificação econômica, a seguridade social, e outras, são conhecimentos e práticas oriundos do movimento operário do século XIX e incorporados sistemicamente mais ou menos no “keynesianismo” e estado de bem estar social.

Dallabria define a Governança Territorial

> (...) como o exercício do poder e autoridade, por parte dos cidadãos ou grupos devidamente articulados nas suas instituições e organizações regionais, incluindo todos os processos, com o objetivo de diagnosticar a realidade, definir prioridades, planejar a implementação das ações e, assim, determinar como os recursos financeiros, materiais e humanos devam ser alocados, para a dinamização das potencialidades e superação dos desafios, visando ao desenvolvimento de uma região ou território. (DALLABRIA, 2003, p.8)

O exercício dessa forma de governança se daria através da ação de diferentes agentes públicos e privados, que são chamadas de redes de poder territorial. Essa seria a base local e corporativa de todo o processo de governança territorial. Além disso, como parte do processo de governança territorial, Dallabria (2003) propõe os seguintes conceitos/instâncias organizativas: 1) Bloco socioterritorial; 2) Pacto socioterritorial; 3) Concertação social; 4) Projeto Político de Desenvolvimento. A governança territorial poderia assumir diversas roupagens institucionais (conselhos/fóruns/agências de desenvolvimento, associações, etc.) assim como diversas escalas locais, regionais e nacionais (DALLABRIA, 2003).

Não nos estenderemos para a descrição desse modelo específico ou nos ateremos ao debate de "modelos institucionais", o que nos importa são os elementos teóricos que podemos extrair daí e que possa contribuir com nossa análise da governança na questão agrária brasileira. Primeiramente, um conceito que permeia todo o artigo é o de Concertação. A concertação é definida como um processo onde distintos setores e grupos sociais buscam a conciliação de interesses em prol de um "bem maior", no caso o desenvolvimento regional ou nacional.

> (...) falar em concertação social é falar no processo em que procedimentos voluntários de conciliação e mediação dão lugar a entendimentos informais ou escritos, entre diferentes setores da sociedade, sobre a maneira mais adequada de efetuar a conjugação de interesses setoriais e gerais, numa situação que exige soluções rápidas e eficazes (Córdova, 1985). Os acordos resultantes, os resultados das discussões e entendimentos, as definições consensuadas, resultam no pacto. (DALLABRIA, 2003, p.14)

Entende-se que o termo tenha o sentido de ajuste, harmonização ou conciliação de interesses. A ação de realizar o ajuste, a harmonização ou a conciliação de interesses diferentes seria a concertação social. No entanto a possibilidade da harmonização de interesses não supõe a eliminação dos conflitos eminentes, os quais estão na origem constitutiva da sociedade contemporânea. (DALLABRIA, 2003, p.16)

Apesar de reconhecer que o processo de concertação não elimina possíveis conflitos existentes entre os setores envolvidos, o pesquisador propõe uma teoria/metodologia para harmonizar, conciliar e integrar os diferentes setores sociais e grupos sob a bandeira do "desenvolvimento territorial". Existe uma clara opção discursiva para evidenciar e pressupor as possibilidades de conciliação e não de conflito social, sendo essa última possibilidade apenas explicitada de forma superficial como nota de rodapé durante o artigo.

Outra questão teórica do artigo é a desconsideração da luta de classes na formação das realidades socioterritoriais. Não apenas a luta/conflito é substituída por uma preponderância da conciliação, mas também o próprio conceito de classe é visto como "inadequada". Ao usar uma base gramisciniana centrada nos conceitos de hegemonia e bloco histórico, Dallabria afirma que:

> Ao explicitar o conceito de bloco socioterritorial opta-se, por ora, pela ousadia de dialogar com o mestre (Gramsci). Considera-se que, num determinado território ou região, com sua formação socioespacial, é possível identificar o que Gramsci chama de "classe fundamental", que ao ter desenvolvido uma nova "concepção política e ideológica" torna-se hegemônica localmente. O termo "classe fundamental", para Gramsci, parece referir-se a uma parcela da sociedade. Talvez, atualmente, considerando a maior complexidade da sociedade contemporânea, esta referência não seja adequada. Opta-se aqui por dar-lhe um outro sentido: o conjunto de lideranças dos diferentes segmentos da sociedade regional. É claro que, em cada região, em cada momento da história, uma parcela deste conjunto tem posição hegemônica, tornando-se capaz de dar a direção político-ideológica. (DALLABRIA, 2003, p.13).

Nesse sentido, tal teoria da governança territorial acaba por abstrair a realidade da luta de classes, e com isso desconsiderar os conflitos sociais, conflitos esses aprofundados pelas crises cíclicas do capital.

Outro elemento importante em termos de governança e relações de poder é a relação que tal processo teria com as empresas, movimentos sociais e o Estado. Todo esse processo é pensado de forma integrada ao Estado nacional. A proposta teórico-metodológica da governança territorial pressupõe uma estratégia de integração de diversos setores e classes sociais dentro da esfera estatal. Todo esse processo apresentado por Dallabria teria como consequência reforçar, legitimar e democratizar a ação do Estado, e se tornar "capaz de definir os novos rumos para o desenvolvimento do território ou região, como condição para a implementação de novas práticas, preferentemente mais democrático-participativas" (DALLABRIA, 2003, p.3).

Por fim, reforçamos que a governança territorial requereria a construção de um "novo conhecimento" que se transforma com o tempo num "paradigma" de desenvolvimento territorial, dirigindo epistemologicamente as concertações e pactos socioterritoriais (DALLABRIA, 2003).

Dialogando indiretamente com essa proposição de concertação na esfera da governança territorial, Castro (2016) irá analisar a integração sistêmica da CUT no desenvolvimento das políticas neodesenvolvimentistas e pró-agronegócio durante a primeira década de governos petistas (2003-2012). Castro (2016) analisa a participação da CUT, federações e sindicatos no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), na Agenda Nacional para o Desenvolvimento (AND), no Acordo para o Desenvolvimento Sustentável, bem como na formulação de políticas centrais para o desenvolvimento capitalista como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Assim como propõe a teoria da governança territorial e concertação social a CUT e todo o sindicalismo progressista direcionaram a "luta de classes para dentro de um campo de regras e normas estabelecidas pelo Estado" tendo como objetivo "manter uma forte estabilidade institucional, com a intenção de gestão estatal por meio de participação dos trabalhadores, como sinaliza o documento 'Cartas de Conciliação'." (CASTRO, 2016). Essa integração sistêmica da CUT não é interpretada por Castro (2016) como "traição", "ingenuidade" ou "fatalidade", mas fruto de um novo conhecimento e prática organizativa formulados no interior da burocracia sindical e aristocracia operária (CASTRO, 2016). Tal processo se aproxima com a proposição de Dallabria (2003) quando este afirma que a imposição da hegemonia através do bloco socioterritorial só é possível através da ação de concertação/conciliação entre as lideranças dos distintos setores sociais e da prerrogativa de um novo conhecimento que se torne um novo paradigma de concertação e desenvolvimento.

A política de conciliação de classes não foi estabelecida apenas sobre bases ideológicas ou teóricas, mas nas confluências de interesses materiais entre setores capitalistas e setores da aristocracia operária. Segundo Rômulo Castro:
Entre 2003 e 2008, a produção brasileira de etanol passou de 15 bilhões de litros para 25 bilhões de litros por ano, favorecendo principalmente as grandes empresas do setor, a política macroeconômica e os grupos operários vinculados à produção automotiva, principalmente do ABC paulista. Assim, a política propositiva da CUT procurou atender às demandas da aristocracia operária, vinculada ao saber técnico produzido no interior da fábrica ao incorporar as demandas empresariais pelo aumento da produtividade. (CASTRO, 2016, p.270)
Esse processo de "beneficiamento mútuo" envolveu, no entanto, apenas os setores sociais e organizações diretamente envolvidas nos pactos e concertações. No caso das classes trabalhadoras, foram especialmente os povos do campo e

da floresta (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, assalariados rurais, etc) que de forma desigual e combinada foram vistos como "obstáculos à integração da exploração agromineral e às cadeias globais de valor, são criticados e reprimidos pelas forças estatais." (CASTRO, 2016, p.270).

A nova e complexa malha de relações de poder e concertação social estabelecida pelos governos petistas teve no CDES um importante espaço de entendimentos entre a burocracia-aristocracia de trabalhadores, empresários e o Estado. Os fóruns tripartites (formas institucionais com vistas a concertação social dos setores e classes sociais) foram amplamente desenvolvidos em diversos âmbitos da gerência estatal, seja em âmbito nacional, estadual ou municipal.

Como síntese desse processo, Castro (2016) afirma que

> Por fim, podemos afirmar que o sindicalismo social-democrata propositivo da CUT foi um dos fatores determinantes para o desenvolvimento do capitalismo no período de 2003-2012, ampliando a superexploração do trabalho na agricultura nas áreas já consolidadas, aumentando a produtividade agropecuária nas zonas de nova incorporação fundiária e também aumentando a superexploração dos recursos naturais. Dessa forma, sepultou qualquer perspectiva de diminuição da concentração fundiária no Brasil em prol de uma política de industrialização extrativista centralizada através do PAC, que produziu uma interpenetração entre as classes sociais, favorecendo ao mesmo tempo os setores da aristocracia operária, principalmente vinculados aos metalúrgicos do ABC, e o setor sucroalcooleiro do agronegócio. (CASTRO, 2016, p.272-273)

Portanto, segundo Castro (2016), ao contrário do processo de conciliação de classes ter servido para democratizar o Estado ou coloca-lo a serviço da sociedade, ele gerou a integração de determinados saberes e práticas corporativas, bem como de setores da burocracia-aristocracia de trabalhadores, que serviu para desenvolver um modelo específico de desenvolvimento capitalista que, ao fim ao cabo, levou ao sepultamento de "qualquer política de mudança da propriedade fundiária no Brasil" (CASTRO, 2016, p.270) e que "culminou numa aliança intersetorial agricultura-indústria, que favoreceu a classe capitalista mundial, através da valorização da renda da terra, da acumulação de capital e captura do excedente econômico destinado a atender as classes dominantes e os Estados centrais." (CASTRO, 2016, p.269-270)

6. Considerações finais

Foi possível ver nesse artigo que os instrumentos de conciliação de classes criados durante os governos petistas materializados nas novas formas de governança territorial não resolveram as desigualdades sociais e fundiárias da sociedade brasileira. Sob o modelo neoextrativista e o processo global de land grabbing, as novas e promissoras institucionalidades criadas com vistas a democratizar o Estado bem como reduzir os riscos sociais e ambientais através da incorporação da "sociedade civil" ao Estado, se transformaram em um instrumento não para a sociedade controlar as empresas capitalistas, e sim o contrário.

Por outro lado, desde o impeachment da ex-presidente Dilma (PT), o que ficou claro é que na medida em que esses instrumentos de governança não são mais úteis, alguns setores capitalistas hegemônicos rompem com ele para construir novas institucionalidades. Um exemplo são as mudanças políticas e econômicas com impactos nas governanças levadas a cabo pelo governo Temer (MDB-PSDB), tal como os planos de privatização de estatais (sobretudo de áreas energéticas, hídricas e minerais), revisão da restrição da venda de terra para estrangeiros (MP 759/2016), desarticulação dos fóruns tripartites de conciliação de classes (como o CONAE no caso da educação), mudanças da política de financiamento e crédito baseada na ação preponderante dos bancos estatais, dentre outras.

Sendo assim, acreditamos que este artigo apresenta um debate inicial baseado num balanço teórico e conjuntural de um arranjo de governança "progressista" que está em pleno declínio no Brasil e na América Latina. Não apenas associada à fatores internos, mas outros fatores externos, tal como a queda do preço das commodities. Essa governança progressista, no entanto, foi essencial para aprofundar as bases políticas e econômicas do modelo neoextrativista brasileiro e latino-americano (levando em consideração o próprio peso do Estado e empresas multinacionais brasileiras na região). Ao que tudo indica, portanto, não é o modelo extrativo em si que está em declínio. Inclusive, em termos de política governamental, não existe hoje no Brasil nenhum projeto político-partidário, ou mesmo vinculado aos principais movimentos sociais (a não ser em casos de movimentos autônomos minoritários) que se apresente como alternativa estrutural e paradigmática ao modelo neoextrativista, que dirá como alternativa ao capitalismo.

References

ARAGÃO, Daniel Maurício de; SANTOS, Tiago Matos dos. A governança global do desenvolvimento e a despolitização do land grabbing: “there is no alternative”?. Estudos internacionais, v.5 n.2, p.57 – 73, Belo Horizonte, 2017.

ARRIGHI, Giovani; HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel. Movimientos Antisistémicos. Editorial Akal. Madrid, 1999.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. A fruticultura no Nordeste semiarido: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho. 2012. 376p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

CASTRO, Rômulo de Souza. Estado, sindicalismo e questão agrária: o papel da CUT no desenvolvimento capitalista 2003-2012. 296p. TESE (Doutorado CPDA). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Setembro de 2016.

CAZELLA, Ademir Antonio. Governança fundiária: caracterizar melhor para melhor apoiar. In:_____ Questões agrárias, agrícolas e rurais : conjunturas e políticas públicas / organização Renato S. Maluf , Georges Flexor. - 1. ed. - Rio de Janeiro : E-Papers, 2017.

DALLABRIDA, V. R.; BECKER, Denizar F. Governança territorial: Um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. Desenvolvimento em Questão, Ijuí, v. 1, n.Nº 2, p. 73-97, 2003.

DE MORAES, Wallace S. Governados por quem? Diferentes plutocracias nas histórias políticas de Brasil e Venezuela. Curitiba: Prismas, 2018.

FOUCAULT, M. História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GUDYNAS, Eduardo. DIEZ TESIS URGENTES SOBRE EL NUEVO EXTRATIVISMO – Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In_____: “Extrativismo, política y sociedad”, vários autores, p.187-225. CAAP y CLAES. Quito, Equador. Novembro, 2009.

HACCON, Vanessa. REDD+ EM TERRAS INDÍGENAS: O "PROTAGONISMO" DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL FRENTE À NOVA TENDÊNCIA DE PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS. Acta Cientifica XXIX Congreso de la Asociación Latino American, 2013.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil – As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2ª Edição. Editora Vozes, Petrópolis, 1983.

SAUER, Sergio. “A terra continua sendo sinônimo de poder no Brasil”. Entrevista ao jornal Brasil de Fato, 26/02/2013. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/node/12099/.

VELTMEYER, Henry; PETRAS, James. A New Model or a New Form of Imperialism. In: _____. The New Extractivism: A Post - Neoliberal Development Model or Imperialism of the Twenty - First Century?. United Kingdom: Zed books Ltd, 2014. Cap.1, p.19-48.

ZIBECHI, Raúl; MACHADO, Decio. OS LIMITES DO PROGRESSISMO – Sobre a impossibilidade de mudar o mundo de cima para baixo. 1ª Edição – Rio de Janeiro : Consequência Editora, 2017.

(enter the leon.azevedo@hotmail.com of the corresponding author)

about the author

Leon Martins C. Azevedo é mestrando do programa de pós-graduação em Geografia da UnB (PPGEA-UnB) a partir do primeiro semestre de 2017 e professor de Geografia da rede básica de ensino público em Brasília-DF desde 2014, tendo experiência de trabalho como técnico em desenvolvimento rural pelo Instituto Brasileiro em Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS) na área de tecnologias sociais para o campo em Alagoas. O projeto de pesquisa desenvolvido na pós-graduação, sob orientação do professor doutor Juscelino Bezerra, busca analisar a atuação das empresas monopolistas internacionais no processo de apropriação de terra e recursos naturais na mesorregião Sul Goiano.

Universidade de Brasília - UnB

中国农业大学
人文与发展学院
College of Humanities and Development Studies

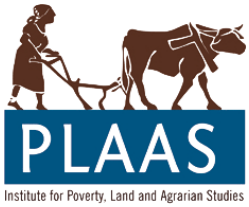
RANEPA
THE RUSSIAN PRESIDENTIAL ACADEMY OF NATIONAL ECONOMY AND PUBLIC ADMINISTRATION

UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Future
Agricultures

ISS
International
Institute of Social Studies

unesp


PLAAS
Institute for Poverty, Land and Agrarian Studies

tni
transnationalinstitute

Terra de
Direitos